

*“_ Ando a procura de um amigo que foi ferido;
_ Se teus amigos são todos os que se encontram feridos,
és o homem mais rico do mundo;
_ Onde é que estão?
_ Por aí, em toda parte, aqui mesmo...;
_ Mas há algum lugar na cidade?
_ Há, sim, por trás dessas casas, um armazém, ai está
uma quantidade de feridos, talvez lá encontres o teu
amigo, mas depressa, que são mais os que são tirados
mortos do que os que ainda entram vivos...”
(SARAMAGO, 2005)*

As Políticas sociais como as conhecemos hoje, tem sua raiz pura e direta, na mediação das desigualdades oriundas do processo de acumulação capitalista, na relação capital e trabalho, expressadas nas variadas manifestações da questão social. Tais desigualdades geram um sem número de mazelas sociais que apontam para a necessidade de respostas específicas para situações específicas, mas que no entanto compõem uma totalidade que repercute multidimensionalmente de modo singular sobre as populações mais vulneráveis.

As políticas sociais se realizam e se encontram na vida das pessoas, é ali em meio a diversidade de “feridos” que sua atenção se faz necessária e aplicável. Apesar da característica disruptiva do ser em sociedade vendido a um alto preço pelo capitalismo neoliberal, e ainda que não sendo resposta mais transformadora para a realidade de amplo acesso almejado pelos defensores dos direitos fundamentais; as políticas sociais têm como característica abordar diferentes áreas e setores como educação, assistência social, saúde, previdência etc. As políticas sociais são demandadas internamente nesses múltiplos setores por uma objetivação tornando-as ainda mais focalistas de acordo com gênero, idade, etnia e grupos sociais identitários. Outro aspecto da política social é sua incompletude e transversalidade, fazendo-se necessário um constante diálogo entre si e as demais ações do Estado.

Por outro lado, é essencial que o Estado que tem em sua raiz corporativa a marca de uma administração pública personalista de caráter centralizadora, admita a existência da heterogeneidade de sua população, de sua cultura e das características regionais, e torne-se poroso as demandas de participação da sociedade. Enfrentar com maturidade e de forma propositiva essa questão exige do Estado encarar as resistências internas as estruturas monolíticas do próprio Estado, possibilitar a transferência de poder corporativo, construir uma mudança significativa nos valores e processos de trabalho.

Há hoje uma demanda por participação e maior controle por parte da população de acompanhar os atos políticos que lhe afetam. Demandas essas que exigem o

reconhecimento das especificidades mais que não renunciam à complexidade do ser social. Esta Demanda por participação exige uma descentralização das políticas sociais, ao passo que para garantir o amplo acesso e a universalização, o Estado precisa ter um a centralidade e o debate sobre o equilíbrio destes aspectos não excludentes se faz mais ainda necessário frente a um cenário de constantes ataques e desmontes dessas políticas.

A compreensão dessas relações entre Estado e Sociedade através das políticas sociais nos faz o convite a “pensar globalmente e agir localmente”, aqui referenciando a necessidade de aprofundar as discussões sobre as relações das políticas Universalistas X Focalistas, Setorialistas X Intersectorialista; saltando para além da perspectiva excludente de um aspecto ou de outro, mais buscando sua completude e totalidade.

Neste processo de superação é necessário avançarmos de fato no que importa neste debate, quem decide, quem executa, quem recebe? Assim é necessário como já dito anteriormente trabalharmos para a construção de um Estado mais poroso e participativo. Tratar o trabalho em rede e o controle social como principais instrumentos para o fortalecimento da cidadania ativa e do processo de participação no pensar, e na efetivação das políticas diretamente pelo próprio cidadão.

Quaisquer ações isoladas das políticas sociais que não observam a multidimensionalidade da questão social são inócuas por natureza, se não compreendem a participação como força e não como risco; além de constituírem um impacto negativo para uma perspectiva emancipatória da própria política, traz em si problemas estruturais de sustentabilidade.

O atual contexto de pandemia, traz a tona todos estes embates e colocam em cheque as falácias privatistas do neoliberalismo, e é no Estado forte, que o próprio capital encontra sua “tábua de salvação”. E neste sentido não podemos nos enganar, o “jogo está sendo jogado”, e temos a oportunidade também como atores sociais de dar visibilidade a estas questões e fortalecer, resgatar e implementar políticas sociais que possibilitem o real protagonismo da população nas respostas de suas demandas. Por fim, é fundamental que estejamos atentos para agir já, pois como diz Saramago “...são mais os que são tirados mortos do que os que ainda entram vivos...”

José Adriano M. C. Marinho¹

¹ Bacharel em Serviço Social. Especialista em Administração e Planejamento de Projetos Sociais. Consultor em Planejamento e Assistência Social. Professor de Pós Graduação no Curso de Psicologia Social na UNIP. Assistente Social do SAPS – Serviço de Atendimento Psicossocial da Guarda Municipal, Secretaria de Segurança Cidadã de Santo André/SP.